

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2012. (Do Sr.Marcelo Matos)

Solicita informações ao Ministro-
Chefe da Secretaria de Aviação Civil
da Presidência da República –
SAC/PR.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50 do § 2º da Constituição Federal e no inciso I do artigo 115 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República- SAC/PR, Sr. Wagner Bittencourt, pedido de informações sobre os seguintes questionamentos:

- a) Quais os critérios utilizados pelas companhias aéreas brasileiras, para aumentarem o preço das passagens aéreas à medida que se aproxima a data de embarque;
- b) Porque ocorre a diferença de preços entre os passageiros de um mesmo voo e mesma classe e
- c) Que medidas fiscalizatórias a agência tem tomado visando ao monitoramento dos preços no setor.

JUSTIFICATIVA

Os aumentos astronômicos no preço das passagens aéreas verificados nos últimos meses, principalmente nos períodos de férias e feriados, demonstram claramente que a atual política tarifária do setor está ficando, cada vez mais, insustentável.

Além da lesão ao consumidor, esta prática traz diversos prejuízos para o turismo interno. Não é à toa que o Brasil está perdendo turistas para países estrangeiros, principalmente por conta do preço da passagem aérea. Hoje, o turista brasileiro paga mais barato para ir para fora do que para passear dentro de seu País.

Suspeita-se que esse quadro tenha sido provocado pela redução do número de empresas de transporte aéreo nacional, o que foi agravado com o fechamento da Webjet, além da falta de concorrência com empresas internacionais. Necessária se faz também a fiscalização nesse setor, visando à proteção do consumidor e a livre concorrência, pois assim que alguma empresa aumenta a competição interna, logo é “engolida” por uma das grandes empresas.

No entanto, não se vê uma ação efetiva nesse sentido por parte da Secretaria de Aviação Civil e do órgão responsável pela fiscalização e regulação do setor. Quanto à política tarifária, não há um monitoramento eficiente, por parte dos órgãos governamentais, dos preços praticados pelas empresas de transporte aéreo.

Diante do exposto, com vistas à fiscalização e controle das ações desenvolvidas nesse campo e objetivando do bem-estar da sociedade brasileira é que apresentamos o presente requerimento de informação.

Sala das Comissões, em 12 de março de 2013.

Deputado Marcelo Matos

PDT-RJ